

PROCESSO ARQUIVADO!

Depois de ampla mobilização, reitora termina investigação contra professores de Filosofia

A reitora nomeada anunciou quinta-feira, 14, no site da PUC-SP, o arquivamento da investigação preliminar que vinha transcorrendo na universidade desde junho. Segundo a nota

"Processos dessa natureza estão presentes nos nossos Estatuto e Regimento Geral exatamente com o objetivo de esclarecer fatos, evitando a arbitrariedade e a perseguição política. Neste caso, após a Comissão Sindicante realizar as oitivas e elucidar os acontecimentos, não havendo indícios da participação dos docentes na citada manifestação, a reitora decidiu finalizar a investigação".

O recuo da reitoria aconteceu após intensa mobilização da comunidade interna e externa. Dois abaixo-assinados estão circulando pela internet, trazendo assinaturas de intelectuais do Brasil e de outros países do mundo em solidariedade aos professores Peter Pál Pelbart, Yolanda Glória Muñoz e Jonnefer Barbosa, que sofreram processo de investigação por parte da reitoria por uma suposta participação no ato apresentado pelo diretor teatral José Celso Martinez em novembro de 2012.

O primeiro dos abaixo-assinados é encabeçado pelos estudantes da PUC-SP e o segundo, aberto por intelectuais e políticos como

Tarso Genro, Marilena Chaui, Antonio Negri, José Miguel Wisnik, Maria Rita Khel, entre outros, tinha até sexta-feira cerca de 3000 assinaturas (veja texto na página 2).

O jornal Folha de S.Paulo, de 13/8, publicou artigo da professora Jeanne Marie Gagnebin, que reproduzimos nesta edição, condenando a atitude da reitora. Por seu lado o deputado Carlos Giannazi pediu a convocação de Dom Odilo e Anna Cintra para deporem na Assembleia Legislativa.

Aquí na PUC-SP estudantes organizaram um ato na Prainha, na quinta-feira, 14/8, em defesa dos professores que depuseram no dia 8/8 tendo de responder por cerca de uma hora e meia a perguntas coercitivas ou sendo instados a identificarem no vídeo do YouTube professores presentes ao ato.

Nesta semana deveriam depor os professores arrolados como testemunhas pelos docentes investigados, entre eles estão Vladimir Safatle, Oswaldo Giacóia Júnior, Jeanne Marie Gagnebin, Salma Tannus Muchail, Carlos Arthur Nascimento e Marijane Lisboa.

No dia 21/8, às 18h, o Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais realizará na Prainha um ato de lançamento no qual o tema da punição aos professores deverá estar em pauta.



Acima a professora Bia Abramides discursa durante ato na Prainha; abaixo estudantes em frente à reitoria durante o depoimento dos professores investigados com cartazes onde proclamavam: "eu convidei Zé Celso".

Ato comemora fim da investigação

Na quinta-feira, 14/8, às 18h30, o movimento estudantil organizou um ato na Prainha da PUC-SP em solidariedade aos três professores de Filosofia, processados pela reitoria. Diversos Centros Acadêmicos como o 22 de Agosto, o Benê, o Cari, o Leão, o CACS, o CAFIL,

o CAPSico, entre outros, participaram da mobilização e se posicionaram contra a perseguição dos docentes. Também estavam presentes para dar apoio Bia Abramides e João Teixeira Batista, ambos da APROPUC, que levaram a notícia da decisão tomada pela reitoria aos estudantes.

Em apoio aos professores perseguidos pela reitoria da PUC-SP

A Reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo abriu um processo investigatório contra os professores Peter Pál Pelbart, Yolanda Glória Gamboa Muñoz e Jonnefer Barbosa, sob a alegação de supostamente terem convidado, idealizado, apoiado e divulgado a encenação do diretor de teatro Zé Celso Martinez, ocorrida na universidade em novembro de 2012. Na época, alunos, professores e funcionários protestavam contra a nomeação da terceira colocada na eleição para Reitor, pelo Cardeal Dom Odilo Scherer, quebrando uma tradição democrática de respeito à vontade da maioria, na primeira universidade brasileira a garantir um processo eleitoral direto e paritário para a escolha de seus reitores.

A acusação em curso é de que a performance artística teria atentado contra o "patrimônio moral e cultural" da instituição, e de terem, os referidos docentes, estimulado a indisciplina entre os acadêmicos. Ora, a PUC-SP tem como legado a defesa irrestrita da democracia, o pluralismo de ideias, a livre expressão artística, a pesquisa independente e a conexão viva com a sociedade. Prova disso foi a coragem política do então Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns ao acolher vários professores cassados em outras universidades durante a ditadura civil-militar que perdurou de 1964 a 1985, tais como Bento Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni e José Arthur Giannotti, como também alunos perseguidos pelos aparatos de repressão ou expulsos das universidades públicas brasileiras por motivos políticos.

A intimação dos três professores de Filosofia é uma clara tentativa de instaurar entre docentes e discentes um clima de intimidação, medo e insegurança. Trata-se de um gesto autoritário, que visa cercear a liberdade de iniciativa e de expressão no âmbito da universidade, sinalizando um rumo de todo inquietante, em desacordo com a autonomia acadêmica e com a liberdade historicamente construída no interior da PUC-SP.

Ao instaurar de forma oficial uma Comissão Sindicante Processante Permanente, que ora se encarrega deste processo, a reitoria opta por uma lógica inquisitorial incompatível com a democracia brasileira, para não dizer com os novos ventos que sopram no Vaticano. A Universidade que foi um vigoroso bastião de resistência contra a ditadura, sendo duramente invadida pelas forças policiais no ano de 1977, que sofreu, durante os anos de chumbo, vários ataques, como o incêndio criminoso de seu teatro no ano de 1984, que deu abrigo a figuras proeminentes do pensamento no Brasil e arejou a produção intelectual nos trópicos, se vê agora ameaçada na sua vitalidade mesma.

Os abaixo-assinados, radicados em vários países, manifestam sua solidariedade aos professores acusados, o repúdio veemente ao processo em curso, e exigem, além de sua imediata interrupção, a retomada das condições básicas para a pesquisa, a produção e a liberdade acadêmicas na PUC-SP.

O endereço para adesões a este abaixo-assinado é
<http://cartapucsp.lrdsign.com/>

Deputado pede convocação de Dom Odilo e Anna Cintra para deporem na Assembleia

O deputado Carlos Giannazi, PSOL-SP, enviou ofício ao presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia, Carlo Neder (PT), para que o cardeal Dom Odilo Pedro Scherer e a professora Anna Cintra sejam convidados a esclarecer dúvidas sobre o processo investigatório desencadeado contra três professores da PUC-SP. Abaixo divulgamos a íntegra do documento:

Excelentíssimo Senhor presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de SP, deputado Carlo Neder,

O deputado Carlos Giannazi, por meio desta, vem à presença de V. Excelência, nos termos regimentais, requerer sejam Convidados:

- a profa. Dra. Anna Maria Marques Cintra, reitora da PUC-SP;

- o cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, presidente da Fundação São Paulo e Grão-Chanceler da PUC-SP,

Para que, perante esta Comissão Permanente, esclareçam as denúncias de abertura de processo administrativo contra professores da instituição.

Segundo consta de carta aberta e abaixo assinado divulgados os professores de Filosofia Peter Pál Pelbart, Yolanda Glória Gamboa Muñoz e Jonnefer Barbosa são objetos de investigação administrativa sob a alegação de terem convidado, idealizado, apoiado a encenação do diretor de teatro Zé Celso Martinez, ocorrida na universidade em novembro de 2012, época em que ocorria protesto de alunos, funcionários e professores pela nomeação da atual reitora, terceira colocada na eleição para o cargo.

Referida manifestação artística teria "atentado contra o patrimônio moral e cultural da instituição", e os professores indicados teriam, com isso, estimulado a indisciplina entre os acadêmicos.

Sendo essa atitude da administração uma clara tentativa de intimidação e insegurança ao corpo docente, cerceando a liberdade de iniciativa e de expressão no âmbito universitário, é que apresentamos este requerimento, plenamente justificado.

Carlos Giannazi é deputado estadual

Liberdade de expressão e patrimônio moral

Jeanne Marie Gagnebin

O semestre letivo não começou bem na PUC-SP. Afora a má surpresa com o corte de várias turmas, três professores do Departamento de Filosofia sofrem procedimento de investigação preliminar pela assim chamada "Comissão Sindicante Processante Permanente" da Reitoria.

Os colegas são professores e pesquisadores excelentes: Jonnefer Barbosa, Yolanda Gloria Gamboa Muñoz e Peter Pál Pelbart. A investigação, que tem por única "prova" um vídeo disponibilizado no YouTube, enuncia a suspeita de que eles teriam convidado, idealizado e divulgado a encenação do diretor de teatro Zé Celso Martinez Corrêa ocorrida na universidade em 27/11/2012.

Na época, alunos, professores e funcionários protestavam contra a nomeação, por Dom Odilo Scherer, da candidata colocada em terceiro lugar na eleição para reitor, quebrando uma tradição democrática de respeito à vontade da maioria

da comunidade da PUC-SP. Ademais, levanta-se a acusação de que eles teriam incitado os alunos a assistir à "performance" de Zé Celso no Pátio da Cruz e desrespeitado "o patrimônio moral e cultural da PUC-SP".

Atualmente, circulam nas redes sociais várias cartas de apoio aos professores. Foram assinadas dentro e fora do Brasil por pessoas tão diversas como o filósofo italiano Antonio Negrí, o secretário de Estado da Cultura de São Paulo, Marcelo Araujo, e a artista Tomie Ohtake.

Quero aproveitar para fazer três observações. Em primeiro lugar, chama a atenção o prolongado intervalo entre 27/11/2012 e o início da investigação, lapso que não parece causado somente pela lentidão dos processos administrativos, mas pela dificuldade em recolher alguma prova consistente - lido de outra maneira, por um desejo de punir maior que o de corrigir eventuais danos. Essa impressão é reforçada pela escolha de três figuras nas imagens do YouTube, quando havia, no mínimo, 200 pessoas no vídeo.

Em segundo lugar, a

acusação de "incentivo a todos os presentes, antes e durante a investigação" - mais especificamente, de ter abusado do ofício de professor para desviar jovens alunos -, desconhece o fato de que nenhum aluno precisa de um professor para saber da presença na PUC-SP de um dos mais renomados diretores de teatro. Essa suspeita não reconhece nem o respeito que um professor tem por seus alunos nem a autonomia destes, que já sabem caminhar pelas próprias pernas.

Enfim, a questão do "patrimônio moral e cultural" da PUC-SP. Que me seja permitido exprimir certo mal-estar diante dessa expressão. Quando os alunos convidam o Zé Celso, ele não pode vir? Goste-se ou não de suas apresentações, ele é uma figura criativa e polêmica essencial da história do teatro brasileiro. Ele sempre provoca. O "patri-

mônio moral e cultural" seria tão frágil assim que não poderia suportar nenhum questionamento teórico ou artístico?

Leciono na PUC-SP há quase 35 anos, gosto desta universidade católica - segundo a etimologia grega, universal (kat'holos) -, que acolheu professores cassados durante os anos de chumbo, que emprestou seu teatro para a encenação de "Morte e Vida Severina" e seus locais para congressos proibidos de estudantes durante a ditadura militar. Esses atos manifestam uma liberdade e um desapego caros a muitos cristãos.

Não seriam mais essas qualidades que deveriam orientar a vida universitária na PUC-SP?

Jeanne Marie Gagnebin é professora de Filosofia da PUC-SP. O artigo acima foi publicado originalmente no jornal Folha de S.Paulo

O professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida do Dep. de Política enviou manifestação ao jornal Folha de S.Paulo na qual dizia:

O artigo de Jeanne Marie Gagnebin, Liberdade de Expressão e Patrimônio Moral, publicado no Tendências/Debates de ontem, 13/08/2014, é belo, profundo e direto. Que, nestes tempos sombrios, contribua para construirmos a vida universitária como um espaço de liberdade e pluralismo, o que é indispensável à produção cultural.

ATO CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

21/agosto

18h - Prainha

Lançamento do Comitê Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais

Professores reúnem-se na Alesp para discutir atuação docente

Entre os dias 11 e 13/8 professores de várias instituições de ensino e representantes de entidades do setor de educação reuniram-se na assembleia legislativa do Estado de São Paulo para o seminário Diálogos sobre Educação em São Paulo - Cenários e Perspectivas para a atuação docente. A APROPUC participou da organização do evento, juntamente com o Andes, Sindicato Nacional, o grupo de estudos Docência e Qualidade e o Sinteps - Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza.

Coube à diretora da APROPUC professora Victória Wieschtordt apresentar sua comunicação na terça-feira, 12/8, quando o tema central era o trabalho assediado. Em sua fala Victória enfatizou que a mercantilização do ensino vem se constituindo hoje no principal elemento para o aprofundamento dos proces-

sos de assédio. A docente traçou um quadro da PUC-SP e como a atual crise vem aumentando os casos de assédio moral na universidade. Foram citados os casos da professora Bia Abrami-des, de docentes que tiveram suas aulas colocadas em risco em função de posições pessoais e o recente caso dos professores de Filosofia ameaçados por uma suposta participação nos protestos contra a reitora nomeada por ocasião da apresentação do teatrorólogo Zé Celso Martinez. A professora concluiu diante da perspectiva de que os docentes, para enfrentarem a situação, devem se organizar em associações e sindicatos para denunciar e resistir ao assédio. Na abertura do evento, as professoras Maria Lúcia Salgado e Cléo Tibiriçá, ao lado da deputada Leci Brandão e do Deputado Adriano Diogo, introduziram a temática da mercan-

tilização do ensino e do assédio moral e ideológico, que cada vez mais estão minando a atuação docente nas Instituições de Ensino Superior. O tema do primeiro dia do evento foi a mercantilização do ensino e coube ao professor Ronaldo Gaspar da Universidade Estadual de Londrina mostrar como as grandes holdings estão avançando sobre a educação, enfocando a sua análise nas mutações econômicas que o ensino superior privado tem passado nos últimos anos e, em particular, suas implicações sobre o perfil das instituições e a qualidade da educação. Na mesma linha o professor Claudio Tonegutti, da Universidade Federal do Paraná e do Andes, aprofundou o tema da mercantilização do ensino. No último dia de debates o professor Celso Napolitano, diretor da Fepesp, Federação dos Professores do Es-

tado de São Paulo e do SINPRO, professora Lighia Matsushigue do Andes e Silvia Helena do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, analisando a representação docente no ensino superior, discorreram sobre as dificuldades que os professores têm em se colocar como trabalhadores e o papel das representações frente à mercantilização das Instituições de Ensino Superior.

O deputado estadual Carlos Neder, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de SP enfatizou que as questões debatidas no seminário servirão de subsídio para o Plano Estadual de Educação que está sendo elaborado pela Comissão. Estiveram também presentes ao evento os deputados Leci Brandão e Carlos Giannazi da Comissão de Educação e Cultura e Adriano Diogo, presidente da Comissão de Diretor Humanos da ALESP.

Contrato de trabalho tem nova rodada de negociação

Nesta segunda-feira, 18/8, prosseguem as discussões sobre mudanças no contrato de trabalho. Conforme foi relatado na última assembleia da APROPUC, semanalmente o Grupo de Trabalho (GT), designado pela Fundação São Paulo, deverá se reunir até 6/10, quando a Fundasp pretende ter em mãos uma proposta para ser implementada no próximo semestre letivo.

Os professores deliberaram que após todas as sessões do GT haverá uma reunião na sede da APROPUC, às 18h, para que os docentes sejam informados dos andamentos das

discussões. Também conforme decisão da assembleia as diversas unidades da PUC-SP deveriam se reunir para que os professores tirassem posicionamentos sobre possíveis mudanças contratuais. Na semana passada o curso de Serviço Social reuniu-se e deliberou que docentes iniciem um amplo debate no âmbito de cada departamento e programa de pós para que o resultado componha uma posição da Faculdade quanto ao assunto. Postura semelhante foi tomada por departamentos da Faculdade de Economia e Administração.

De uma maneira geral a

APROPUC, ouvindo os docentes presentes em sua última reunião, entendeu que um novo texto deve contemplar a manutenção do contrato por tempo por tratar-se de conquista histórica dos professores da PUC-SP; que o ensino, pesquisa e extensão estejam

previstos no contrato dos professores; que se encerre o período da maximização; tabelas salariais unificadas que contemplem salário igual para trabalho igual; viabilização de um plano de aposentadoria complementar; acesso à carreira e fim do repesamento.

REUNIÃO NA APROPUC

18/8 segunda-feira - 18h

Discussão dos resultados do Grupo de Trabalho sobre contrato docente

FALA COMUNIDADE

Mosaico

Jorge Claudio Ribeiro

Afrontado pelo exasperante desafio de decifrar o enigma da PUC-SP atual (não por diletantismo, mas por sobrevivência), ocorreu-me a metáfora do mosaico, a que "alguém" (sem nomes, aqui) de vez em quando acrescenta pedrinhas. No momento, a montagem dessas peças mostra o desenho que se delinea - e desde já aviso que ele me desagrada, me assusta. Que pedrinhas seriam essas?

Uma das peças primeiras foi a demissão de 400 professores e outros tantos funcionários, em 2006. Logo se somaram as maximizações da carga horária docente, em que todos passaram a dar o máximo de aula previsto e, a seguir, foram abolidas as diferenças de carga horária entre as categorias, mesmo com graus diferentes de exigência. Além disso, é bom lembrar que os novos contratos, bem como os concursos de ascensão na carreira, estão represados.

Mais recente, veio a minimização da pesquisa, pela qual deixaram de ser atribuídas horas de contrato aos professores que apresentassem projetos. Claro, direis, em compensação foram criados incentivos para participação em congressos, publicações, iniciação científica etc. Entretanto, se faltar a matéria prima - a investigação acadêmica, paralela à preparação das aulas - o que o coitado do pesquisador conseguirá apresentar?

Mais peças, que beiram à vigilância. À margem dos fóruns legitimamente eleitos pela comunidade universitária, foram nomeados

comitês compostos por pessoas de confiança dos gestores: uns foram encarregados da avaliação docente, outros da revisão de contratos. Um tanto desmoralizados, aqueles fóruns eleitos foram atropelados (e, céus, acataram!) por documentos vindos "de cima"; convidados a fazer apenas emendas, não lhes foi permitido votá-los (e, céus, aceitaram!). Aliás, confusos e superficiais, esses documentos parecem despistar as questões centrais, soterradas por toneladas de siglas, observações episódicas e uma retórica redundante.

Outras pedrinhas cheiram a repressão. No final de 2013 foi divulgada a informação, sob a forma canhestre de boato, de que havia uma lista de 164 demissões (não sei o número ao certo) de professores com maior quilometragem e, portanto, salários mais elevados. A

degola não foi efetivada. Paralelamente, se arrastava a novela da punição de uma diretora da APROPUC. Graças à firme deliberação do Conselho Universitário foi encerrada essa novela, mas a seguir é apresentada ao comitê de ética a proposta de punição a três professores que em novembro de 2012 estavam no Pátio da Cruz quando foi apresentado um happening com pesadas críticas aos poderes superiores da universidade. Outra novela à vista? Além do mais, é bom não esquecer que as sextas-feiras são dias de terror para os funcionários, quando a foice das demissões se mostra particularmente ativa.

Concedendo aos gestores o benefício da dúvida, provavelmente eles estão cômicos: de suas responsabilidades; de que urge viabilizar financeiramente a instituição (e, portanto, ga-

rantir nossa sobrevivência nela); de que se impõe disciplinar abusos cristalizados há muito tempo. Entretanto, por trás desses pretextos, o clima na PUC-SP tem sido propício a todo tipo de incompetência, autoritarismo e normas desencontradas. Por exemplo, são suspensas ou remanejadas turmas, intempestivamente.

Tudo isso me faz lembrar o inesquecível questionamento público, apresentado no início da década de 1990 por um professor ao então interventor da Fundação São Paulo: "Em nome da humanidade, diga-nos claramente qual é o projeto de vocês para esta universidade!". Talvez a contemplação do atual mosaico responda, na prática, a essa antiga questão.

Jorge Claudio Ribeiro é professor da Faculdade de Ciências Sociais

Debatedores

Prof. Dr. Erson M. de Oliveira
PUC-SP

Prof.ª. Ms. Gislene E. de Lacerda
Mestre em História pela UFRJ

Luciana Ribeiro
Mestranda P.E.P.G. em S.S. PUC-SP

Prof. Dr. Luiz Antonio Dias
Dr. em História Social / PUC-SP

Prof.ª. Dr.ª. Maria Beatriz da C. Abramides
Grad. e Pós S. Social PUC-SP

Prof. Ms. Renato Tadeu Veroneze
C.U.F.E Guaxupé / PUC-SP

Soraya Misleh
Jornalista / Mestre em Letras pela USP

GAUCHE NA VIDA

À Comissão da Verdade da Universidade Estadual de Campinas

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Participante da luta contra a ditadura militar, fui atingido pelo famigerado decreto-lei 447, que me expulsou da Universidade de Brasília e me impediu, por três anos, de estudar em qualquer instituição universitária deste país. Em 1973, após mais um vestibular, ingressei na Unicamp, onde cursei graduação, mestrado e doutorado.

No mesmo ano de 1973, por outros meios, Jarbas Passarinho, ministro da educação nos anos de chumbo, recebeu desta universidade o título de doutor honoris causa. Seu currículo era invejável:

golpista de primeira hora; incansável destruidor de liberdades nos dois ministérios pelos quais passou no período 1967-74 (Trabalho e Educação); assumido defensor do Ato Institucional n.º 5, que oficializou o ingresso deste país nas trevas mais profundas da ditadura militar. A atribuição daquele título a um dos principais expoentes do terrorismo cultural, na feliz expressão de Alceu Amoroso Lima, foi lamentável para esta universidade.

Ainda mais aterradora é a notícia de que, quatro décadas depois, em um regime liberal-democrático, o Conselho Universitário da Unicamp, pela diferença de um voto, não conseguiu anular o título.

A votação expressa, no conteúdo e na forma, o quanto a ditadura teve e tem sólidas bases nos chamados centros de excelência. É indispensável que se realize nova consulta precedida de amplo e aberto debate político-acadêmico, o que passa por tornar pública a posição assumida por todos os participantes da malfadada decisão, inclusive dos que se abstiveram de votar. Será que estes últimos e seus representados não tiveram tempo de estudar o assunto? Ou não o consideraram relevante?

Não podemos, em hipótese alguma, especialmente em um espaço voltado para a produção de conhecimentos, permanecer indiferentes a que se criem novas sombras a se-

rem desvendadas por futuras comissões da verdade.

Em defesa da universidade e do aprofundamento da democracia.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor do Departamento de Política da PUC-SP e ex-estudante da Unicamp.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Jarbas Passarinho continuará com o título de Doutor Honoris Causa

O Conselho Universitário da Unicamp rejeitou, em 5/8, a revogação do título de Doutor Honoris Causa concedido ao coronel Jarbas Passarinho durante a ditadura militar. Foi governador biônico do Pará, ministro da Previdência e do Trabalho, da Educação e da Cultura e senador. Além disso, foi

um grande defensor da ditadura militar.

O professor da PUC-SP Leonardo Sakamoto questionou a Reitoria da Unicamp sobre o caso, e esta enviou uma nota apontando que "respeita a opinião de todos que se manifestaram sobre o tema, mas entende que o Conselho Universitário é

soberano em sua decisão" e finalizando com o seguinte posicionamento: "o debate que antecedeu à votação ocorreu dentro do espírito democrático que expressa o estado de direito, com ampla participação de seus integrantes, que representam docentes, estudantes e funcionários".

Devido à decisão, Jarbas Passarinho permanecerá ao lado, entre outros, de Antonio Candido, Boris Vargaftig, César Lattes, Celso Furtado, D. Paulo Arns, Oscar Niemeyer e Paulo Freire, que também

continua na próxima página

continuação da página anterior

detêm o título de Doutor Honoris Causa.

As Congregações da Faculdade de Educação, do Instituto de Arte, do Instituto de Estudos da Linguagem e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) solicitaram revogação e, de acordo com sua moção, o coronel Passarinho foi um "destacado conspirador militar contra a legalidade institucional da Carta de 1946 que culminou com o golpe de Estado de abril de 1964".

Esse trecho da moção diz respeito à justificativa que Passarinho deu ao votar durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 13/12/1968, quando o AI-5 foi implantado.

A moção ainda aponta que "entre os 66 cientistas e intelectuais que foram expulsos das universidades (fato que teve consequências negativas para a pesquisa científica no Brasil), podemos lembrar, entre outros, os nomes de Isaías Raw, Jaime Tiommo, Michel Rabinovitch, Luiz Hildebrando Silva, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Caio Prado Jr. e José Arthur Giannotti".

Ato na USP repudia genocídio promovido pelo Estado israelense

Na segunda-feira, 11/8, às 19h, ocorreu um ato contra o massacre na Faixa de Gaza, no auditório de História da USP. A APROPUC esteve representada pelo seu diretor Jason Borba para prestar solidariedade à Palestina e se posicionar contra o genocídio promovido por Israel, sob comando de Benjamin Netanyahu. Participaram também do ato, que foi coordenado por Osvaldo Coggiola, o PCB, o PSOL, o PT, o Diretório Central dos Estudantes Alexandre Vannucchi Leme (DCE-USP) e o Instituto de Cultura Árabe.

Durante o ato, questões históricas, sociais e geopolíticas em relação à Palestina e à Faixa de Gaza, em particular, foram abordadas, revelando que o sionismo, que orienta a política israelense, e o atual massacre perpetrado pelo Estado de Israel contra os palestinos em Gaza não são atos isolados. Por trás de todo esse genocídio e essa cultura da violência, se esconde o imperialismo, defendido pelos Estados Unidos e por uma parte da Europa, que toleram a política

sionista israelense na Faixa de Gaza.

Além da discussão acerca da política sionista na Faixa de Gaza, foi abordada a questão do massacre sistemático dessa população estar se voltando contra os próprios interesses do Estado de Israel e do próprio judaísmo em geral, o que desperta posições racistas anti-judáicas.

A APROPUC enfatizou o fato de que a luta de resistência dos palestinos tem muito em comum com

a luta que travamos, contra o imperialismo. Apesar de diferentes contextos históricos e geopolíticos, a estratégia imperialista se mostra igual no plano mundial, apenas se valendo da dominação e da exploração dos trabalhadores.

Para finalizar, enfatizou-se que todos os espaços de militância se erguessem contra o massacre de Gaza e que iniciativas que envolvessem qualquer tipo de interesse por parte de Israel devam ser boicotadas.

Reitoria nega espaço para realização de evento sobre genocídio em Gaza

A APROPUC, juntamente com outras entidades, está organizando um seminário sobre a situação da Palestina, com data prevista para 9 e 10 de setembro. Ao encaminhar o pedido de reserva de sala, porém, recebeu do setor de eventos a informação de que "o ato foi negado academicamente pela Reitoria para preservar a imagem da faculdade, pois a mesma não pode tomar partido a favor ou contra".

A absurda alegação é mais um

atentado contra a liberdade de expressão e manifestação na universidade. É próprio de qualquer agrupamento político o posicionamento por um dos lados em litígio, cabe a universidade, autônoma e soberanamente garantir espaço para que democraticamente todas as posições se manifestem.

A decisão final ficou por conta da Fundação São Paulo que solicitou à APROPUC uma série de informações sobre o evento.

Demissão voluntária e redução da jornada são apostas de reitor da USP

Para tentar amenizar suas crises financeiras graves, a USP estuda criar um programa de demissão voluntária de funcionários e incentivo para que professores reduzam suas jornadas de trabalho. Desde 2013, o gasto com folha de pagamento é maior que o orçamento da universidade, que recebe cer-

ca de R\$ 5 milhões do Estado neste ano.

O projeto da USP é implantar o programa de demissão voluntária que atinja em torno 3 mil funcionários. Tal medida pode diminuir até em 10% o gasto da universidade com folha de pagamento.

Antes de passar por votação interna, o progra-

ma passará por outros dirigentes para ser avaliado. Na sexta-feira, 15/8, o reitor Marco Antonio Zago se reuniu com os diretores das faculdades para discutir o projeto e sua implementação.

Já no caso dos professores, o vislumbrado é que as jornadas de trabalho sejam diminuídas,

para que, conseqüentemente, os salários caiam em 20%.

Não é a primeira vez que o reitor da universidade aposta em propostas que restrinjam o trabalho dos profissionais da USP e precarizem os contratos; no início do ano, as contratações foram proibidas.

ROLA NA RAMPA

CA 22 de Agosto organiza Semana de Palestras

O Centro Acadêmico 22 de Agosto organiza entre os dias 18 e 21/8 debates relativos à formação profissional do bacharel em Direito e temas da atualidade. A semana começa na segunda-feira, às 9h, debatendo a Função Social do Direito, com Gustavo Junqueira, Professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Defensor Público do Estado de São Paulo, Rodolfo Machado, ex-aluno do curso de Direito na PUC-SP e mestrando em História na PUC-SP, a Assessoria Jurídica Universitária Popular da PUC-SP e a Associação dos Juizes para Democracia (a confirmar). Às 19h30, o tema será Direito de Greve, com Jorge Luiz Souto Maior, Juiz do Trabalho e professor livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Sindicato dos Metroviários de São Paulo e AFAPUC – Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP (a confirmar). No segundo dia, pela manhã, o debate será "Cidade pra quem?", com Daniela Libório, advogada, professora da PUC-SP na graduação e pós-graduação. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Passe Livre e Toninho Ferreira, advogado das famílias do Pinheirinho (a confirmar). Pela noite, "PM tem jeito? Desmilitarização da Polícia Militar" será o assunto da vez, com Édson Luís Baldan, Professor de Direito Penal e Criminologia da PUC-SP, Dé-

bora Maria da Silva, fundadora do movimento Mães de Maio, e Givanildo Manoel – Comitê pela Desmilitarização da Polícia Militar. No dia 20/8, o debate matutino será "Marias do Cárcere: Retrato das mulheres e o sistema prisional", com Patrick Lemos Cacicedo e Verônica dos Santos Sionti, Defensores Públicos do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Jupiara Castro, Militante do Núcleo de Consciência Negra da USP; à noite, será debatida a legalização das drogas, com Leonardo Massud, Professor de Direito Penal da PUC-SP e diretor da APRO-PUC, Julio Delmanto, do Coletivo Desertorepecendo a Razão (DAR) e Carolina Freitas, ex-aluna de Direito na PUC-SP, advogada popular no Centro de Convivência É de Lei e realizou pesquisa sobre o Tráfico de Drogas e Mulheres. Para encerrar a semana, o Histórico das lutas na PUC-SP será tema de debate, com Bia Abramides, professora na graduação de Serviço Social da PUC-SP e diretora da APRO-PUC, Padre Júlio Lancellotti, Coordenador da Pastoral da População de Rua em São Paulo e Doutor Honoris Causa pela PUC-SP e Fábio Nassif, ex-aluno do curso de Jornalismo da PUC-SP. À noite, não haverá debate por conta do ato contra a criminalização dos movimentos sociais, na Prainha.

Bosque do campus Monte Alegre é reaberto

Durante toda a primeira semana de aulas desse semestre o portão do Bosque da PUC-SP ficou fechado, privando estudantes, funcionários e professores de uma das poucas áreas de convivência da universidade, que abriga a quadra de futebol, o Centro Acadêmico Benevides Paixão e até uma escada de emergência. O movimento estudantil procurou o Diretor de campus e a Pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias e diversas versões para o fechamento do Bosque foram dadas: plantação de macocha, tráfico de drogas, fluxo intenso de não-alunos, ameaça à estudante, um arrastão marcado para

acontecer na primeira semana de agosto. Na terça-feira, 12/8, em reunião do Pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Jarbas Vargas Nascimento, com estudantes de diversos Centros Acadêmicos, foi dito que o fechamento do portão foi apenas um teste para analisar se a situação de insegurança em que a PUC-SP se encontra melhorava. Ao final da reunião, ficou decidido que o portão do Bosque seria reaberto na quarta-feira, 13/8, pela manhã, pois os estudantes enfatizaram a importância de ocupar todos os espaços da universidade e de poderem utilizar uma das únicas áreas de convivência da PUC-SP.

AFAPUC fecha acordo com farmácia e salão

A AFAPUC criou um acordo com o salão Oficina das Mãos para descontos para os funcionários associados. O salão fica na Rua Monte Alegre, 550 (tel.: 3675-1028). A associação

também avisa aos funcionários que o cartão do convênio com a farmácia Farma Ponte já está disponível na sede da AFA-PUC, na Rua João Ramalho, 182, 7º andar.

Professor lança livro sobre Nelson Rockefeller

No dia 14/8, foram lançados dois livros na PUC-SP. "Getúlio - Da volta pela consagração popular ao suicídio", de Lira Neto, e "O Amigo Americano - Nelson Rockefeller e o Brasil", do professor do departamento de História Antonio Pedro Tota, ambos pela

Companhia das Letras. Os autores participaram de um debate no auditório 117A com mediação do professor de Relações Internacionais, Reginaldo Nasser, e depois participaram de uma sessão de autógrafos no Museu da Cultura, no Prédio Velho.

PUC-SP celebra missa de aniversário

No dia 20/8 será celebrada a missa de aniversário da PUC-SP, que comemora 68 anos no dia 22/8. A cerimônia será realizada na Capela da PUC-SP, ao

meio-dia, por Dom Carlos Lema Garcia, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo e Vigário Episcopal para a Educação e Universidade.